

1. Ecologia Social: Um Humanismo Ecológico - Dan Chodorkoff

Traduzido por: Giulia Iyra

Neste artigo, retirado do livro *The Anthropology of Utopia* (“A Antropologia da Utopia”), Dan Chodorkoff oferece uma introdução à filosofia da Ecologia Social.

A Ecologia Social tem início com uma análise do passado de forma a adquirir um entendimento epistemológico em relação a como a humanidade define, e por sua vez constitui, a natureza. Esta é uma questão de vital importância, não apenas um exercício filosófico abstrato. A forma como conceituamos a natureza e o lugar da humanidade nela se tornou uma questão altamente controversa no pensamento ecológico e na filosofia ambiental. As conclusões tiradas vão compor nossa ética e as decisões políticas que moldam nosso mundo. Como podemos produzir tal epistemologia?

Devemos começar pela compreensão de que a natureza não é uma entidade estática, mas sim evolutiva: na verdade, o próprio processo de evolução biológica constitui a natureza. O registo evolutivo, a história natural, é a realidade da natureza. Do nível molecular ao nível biosférico, a natureza está num processo de constante fluxo e mudança: nascimento, morte, mutação, até mesmo extinção, fazem todos parte de um processo que cria a complexa teia da vida, da qual a humanidade faz parte. Em termos biológicos, portanto, a natureza é tanto o “ser” quanto o “tornar-se”. Evolução é natureza.

A Primeira Natureza e a Humanidade

A Humanidade deve ser colocada em meio à matriz evolutiva e reconhecida enquanto detentora de um papel único nela, devido à nossa capacidade tanto criativa quanto destrutiva em relação ao resto da natureza. Enquanto espécie, temos a habilidade de afetar profundamente ecossistemas, outras espécies e até mesmo toda a biosfera, de formas incomparáveis com nenhuma outra forma de vida. Isso nos torna tanto uma parte integral da natureza - um produto das mesmas forças evolutivas que criaram todas as outras espécies do planeta, do passado e do

presente - quanto, ao mesmo tempo, distintos em nossa capacidade de afetar a natureza. A Ecologia Social reconhece esse fato, nos levando a fazer uma diferenciação entre o que chamamos “primeira natureza”, que seria a natureza evoluindo de acordo com processos não afetados pela humanidade, e a “segunda natureza”, que seria a natureza determinada pela ação e consciência humanas.

Na primeira natureza, um modo inicial de evolução é a seleção natural: as espécies mudam ou alteram-se com o tempo para se adaptar ao meio em que se encontram, desenvolvendo assim uma vantagem evolucionária que garante sobrevivência e regeneração. De alguma forma, a evolução cultural surge - apesar de não substituir - da evolução biológica. A segunda natureza é caracterizada pelo surgimento da autoconsciência e da cultura. A Humanidade se renova constantemente através de processos como a produção de ferramentas (tecnologia), construção de instituições, explicações (religião, filosofia e ciência), e arte. Ao passo em que a humanidade avança em seu conhecimento a respeito do processo evolutivo, da física, da genética, e outras áreas da ciência a respeito do que nossa espécie está se tornando, pelo menos potencialmente, para usar a frase de Johann Gottlieb Fichte, “a natureza se tornou autoconsciente”, a natureza consciente de si mesma e moldando conscientemente seu próprio desenvolvimento. A um nível sem precedentes, e com uma rapidez nunca antes vista na natureza, a humanidade adapta o ambiente para satisfazer as suas necessidades: a evolução cultural é um processo extraordinariamente dinâmico capaz de transformar as condições de uma sociedade em menos de uma geração.

Se reconhecermos a realidade de uma segunda natureza, produzida pela criatividade e pelo artifício humanos, enquanto distinta da primeira natureza, temos também de reconhecer que ela se desenvolve diretamente da primeira natureza, ou da evolução biológica. Assim, logicamente, a primeira natureza continha em si, desde o seu início, o potencial para a segunda natureza. A história natural, o registo evolutivo, deve ser lido como um processo em que nada de essencial se perde. A segunda natureza ainda contém dentro dela a primeira natureza; formas complexas de vida dos mamíferos começam como células únicas e organizam-se em formas

celulares (órgãos) mais complexas contidas dentro de conjuntos ainda mais complexos de células (organismos). O pH dos antigos oceanos em que a vida começou é replicado no líquido amniótico que suporta a vida no útero de mamíferos complexos, como os seres humanos. Em certo sentido, a concepção, gestação e nascimento de uma pessoa individual replicam, grosso modo, o processo de evolução biológica. A nossa espécie compreende tanto a primeira natureza como a segunda natureza.

Quando vemos o registo evolutivo sobre todo o desenvolvimento biológico, vemos um movimento em direção a um grau cada vez maior de diversidade e complexidade das formas de vida, e a potencialidade para a consciência e a autoconsciência. Isto não quer dizer que haja uma ascensão linear e ininterrupta para a consciência humana; a evolução está cheia de ataques e arranques, florescência e declínio, e até mesmo extinção. Mas é inegável que a vida na Terra evoluiu de organismos inconscientes, unicelulares, para formas de vida biologicamente complexas com a capacidade de pensar de forma abstrata e racional. Será que este fato confere à humanidade a "coroa da criação", o direito de dominar o resto da natureza e ver a primeira natureza como mera fonte de recursos? Ou exige que enxerguemos a nós próprios como parte da natureza com capacidade de desempenhar tanto um papel destrutivo quanto um papel criativo e mantenedor? Este entendimento não implica a responsabilidade de examinar criticamente a relação existente entre a primeira e a segunda natureza, particularmente à luz das perspectivas oferecidas pela ciência da ecologia? E não deveríamos criar uma ética e uma política capazes de assegurar uma re-harmonização da primeira e segunda naturezas para conter a maré de destruição resultante da nossa atual ética e política, que ameaçam a integridade tanto da primeira natureza como da segunda natureza?

A ecologia social sugere que temos de olhar em primeiro lugar para a natureza, a fim de obter uma visão dos princípios que instruem a história natural e asseguram a saúde dos ecossistemas. Esse exame deve basear-se na melhor compreensão e interpretação científica que pudermos reunir, mas devemos também reconhecer que

tal projeto não é puramente empírico. A história da interpretação das "leis da natureza" está repleta de momentos altamente subjetivos e politicamente carregados. No século XIX, darwinistas sociais como Herbert Spencer distorceram as ideias de Darwin para fornecer uma fundamentação para o colonialismo e o imperialismo britânicos. Mais recentemente, Hitler justificou os seus pontos de vista com base nas "leis imutáveis da natureza". À luz deste histórico, em vez de reivindicar imutabilidade ou autoridade absoluta, a ecologia social tenta utilizar a melhor ciência existente para identificar tendências ou princípios em curso em processos evolutivos e nas dinâmicas dos ecossistemas, e reconhece que estas tendências podem ser mutáveis e não esgotam toda a gama de processos em curso na primeira natureza. Parecem, no entanto, representar tendências importantes que se relacionam diretamente com o projeto de re-harmonização da primeira e segunda natureza, um projeto que assume alguma urgência dadas as atuais ameaças que o planeta enfrenta. Devemos também reconhecer, como em qualquer teoria baseada na ciência, que também a ecologia social exigirá modificações à medida que surgirem novos conhecimentos científicos.

Ética Ecológica e a Sociedade

Uma ética que tem como objetivo re-harmonizar primeira e segunda naturezas deve ser orientada no sentido de encorajar uma complexidade, diversidade e graus de consciência cada vez mais elevados. Esta orientação deve explicitar sua relação com a primeira e a segunda naturezas, esforçando-se para proteger e gerar ecossistemas que ofereçam uma multiplicidade de níveis tróficos para manter espécies biologicamente diversas num conjunto de interações complexas, e fazê-lo de uma forma altamente autoconsciente.

Os mesmos princípios devem ser aplicados no campo da segunda natureza. Se temos como objetivo uma sociedade ecológica, nossa ética deve assegurar sociedades e culturas complexas e diversificadas que incentivem graus cada vez maiores de autoconsciência humana, caracterizada pelo respeito, participação, equidade e compreensão científica. A busca de graus cada vez maiores de complexidade, diversidade e liberdade (como consciência e escolha) é uma

condição necessária tanto para ecossistemas saudáveis quanto para sociedades saudáveis, e uma condição prévia para a re-harmonização da primeira e segunda naturezas.

Um princípio correlato presente na primeira natureza que deve necessariamente ser aplicado às sociedades humanas para se conseguir uma relação saudável entre as duas é o princípio da unidade na diversidade. A saúde, a força e a estabilidade de um ecossistema encontram-se em relação direta com a diversidade das espécies que interagem dentro do sistema. Os ecossistemas com o mais elevado grau de biodiversidade, como as florestas tropicais ou os estuários, são capazes de sustentarem a si próprios durante milhares de anos. Um grande número de espécies preenche todos os níveis tróficos, dando ao sistema como um todo a capacidade de compensar mesmo vastas flutuações na população de qualquer espécie em particular, permitindo-lhe assim manter a sua estabilidade e integridade globais.

A aplicação deste princípio é um imperativo ético na segunda natureza, em que a falta de unidade e a intolerância à diversidade constituem uma ameaça não só para as culturas e sociedades individuais mas também para a biosfera como um todo. Os resultados da relutância da segunda natureza em adotar este princípio conduziram a catástrofes sociais e ecológicas; guerra, genocídio e racismo, na segunda natureza, e uma assustadora redução da biodiversidade, uma destruição maciça dos ecossistemas e alterações climáticas globais na primeira natureza. Os dois estão intrinsecamente ligados, e a ecologia social exige o reconhecimento e a aplicação do princípio da unidade na diversidade como remédio para a destruição que já foi feita.

Hierarquia e Evolução

Quando a ciência da ecologia iniciou o seu estudo dos ecossistemas, a tendência foi para ver as relações sistêmicas em termos hierárquicos; um conceito central na compreensão da dinâmica dos ecossistemas foi o da cadeia alimentar, uma hierarquia rígida de dependências em que os maiores carnívoros eram colocados no topo. À medida em que a nossa compreensão científica foi aumentando, este

modelo bruto foi sendo substituído por descrições mais sofisticadas que definem as complexas relações existentes num ecossistema como uma teia alimentar. A teia alimentar descreve uma rede essencialmente não hierárquica de relações baseadas em interdependências, ligando todas as espécies num todo que se apoia mutuamente. Isto levou ao reconhecimento de que a primeira natureza é organizada de forma não-hierárquica.

As hierarquias que estabelecemos entre espécies na primeira natureza - o leão como "rei dos animais", ou a "formiga modesta" - são realmente uma projeção das hierarquias humanas. Num sentido técnico, a hierarquia é definida como um sistema institucionalizado de comando e controle que tem por fim recorrer à coerção física para obrigar à obediência. Não existem tais sistemas na primeira natureza. O leão não comanda e controla qualquer outra espécie, nem os leões institucionalizam as suas relações. Mesmo o papel aparentemente dominante que uma leoa pode desempenhar dentro do seu bando é melhor entendido como uma forma de dominação situacional do que uma hierarquia institucionalizada.

A hierarquia desvirtua a teia mutualista de relações que é crucial para a estabilidade e mesmo para a sobrevivência dos ecossistemas. Os ciclos recorrentes de nascimento, morte e decadência ligam toda a primeira natureza e a segunda natureza. Apesar do papel inegável desempenhado pela competição inter-espécies e intra-espécies pela vantagem evolutiva, a dinâmica dos ecossistemas é melhor caracterizada como enraizada no princípio do mutualismo; cada espécie desempenha um papel crítico na saúde e no desenvolvimento da outra. Isso é verdadeiro mesmo nas relações predador-presa, em que várias espécies são mutuamente dependentes: em termos um tanto simplistas, as espécies predadoras dependem da presa para sobreviver, e a presa depende do predador para manter níveis populacionais saudáveis. As relações mutualistas em vigor num ecossistema tornam-se mais complexas em proporção direta com a biodiversidade do sistema.

A evolução é, acima de tudo, o reino das potencialidades. Cada forma de vida contém dentro de si um conjunto de possibilidades, tanto biológicas como comportamentais. Estas potencialidades e o esforço para atingi-las são o que

impulsiona a vida. O grau de consciência deste processo é um fator importante na história natural e uma forma de começarmos a diferenciar a segunda natureza da primeira natureza. Tal afirmação não pretende sugerir uma ruptura radical entre a primeira e a segunda natureza: embora a primeira natureza esteja sempre presente na segunda natureza, podemos ver uma emergência gradual de consciência, autoconsciência e esforços humanos para cumprir as potencialidades inerentes que caracterizam a emergência da cultura. Se o mutualismo deve servir como uma tendência natural que informa a ética humana, ele deve estar enraizado nesta compreensão das potencialidades; ele deve fazer parte da continuidade dos comportamentos que nos tornam humanos. Esta potencialidade encontrou ampla expressão ao longo de toda a história humana, o que por si só oferece provas convincentes de que temos de incorporar este princípio num quadro ético que nos permita re-harmonizar plenamente a primeira e a segunda naturezas.

A visão popular de uma natureza humana imutável baseada na ganância, competição, guerra e dominação é posta em causa pelo registo antropológico. Na verdade, a antropologia obriga-nos a rejeitar uma visão tão estreita da "natureza humana" e a substituí-la pelo conceito muito mais amplo de um conjunto contínuo de potenciais comportamentos humanos. Este conceito, embora inegavelmente inclua a capacidade de ganância, competição, guerra e dominação, inclui também a capacidade de cuidado, partilha, mutualismo e relações não-hierárquicas. Este quadro fornece uma base real para acreditar que a nossa espécie, a humanidade, tem o potencial para criar uma sociedade ecológica. Os antropólogos identificaram estes comportamentos ecológicos como centrais em muitas formas de sociedade humana, principalmente nas que estão enraizadas nos sistemas de produção pré-capitalistas. Estas características representam uma potencialidade para o futuro. Não pretendo sugerir que a nossa espécie possa, ou queira, regressar à caça e à recolha: não pode haver retorno. Pelo contrário, eu diria que estas formas de comportamento representam princípios. Com a criatividade e a invenção humanas, podemos aplicar estes princípios de uma forma adequada à vida moderna.

Culturas e sociedades sempre reforçaram e recompensaram formas específicas de comportamento e desvalorizaram outras. Através dos processos de socialização e educação formal, nossa sociedade optou por reforçar e recompensar relações e padrões de comportamento ecologicamente destrutivos e, além disso, reificá-los na "natureza humana". Uma tomada de consciência das outras potencialidades incorporadas à nossa humanidade dá esperança de que possa ocorrer uma transformação desses padrões. Embora de forma alguma garantida ou pré-determinada, a ecologia social argumenta que tal transformação deve ocorrer se quisermos realmente alcançar o nosso potencial para nos transformar na "natureza tornada autoconsciente", re-harmonizando assim a primeira e segunda natureza e resolvendo as crises ecológicas que ameaçam a nossa existência.

Da Ecologia à Política

Uma transformação desta magnitude requer uma visão e um programa radicalmente novos: uma nova epistemologia ecológica, uma ética enraizada em princípios derivados da primeira natureza e uma ousada prática sociopolítica. Devemos estar dispostos a analisar as raízes da crise ecológica, utilizando os princípios éticos que derivam da nossa compreensão da natureza. Tal estudo nos conduz do domínio do ambientalismo tradicional, ainda enraizado numa epistemologia dualista que vê a "natureza" como um conjunto de recursos naturais, a uma ecologia social que promete uma re-harmonização fundamental da primeira e segunda natureza.

De fato, essa tomada de consciência exige soluções políticas que vão muito além da abordagem paliativa defendida pela maioria dos ambientalistas. Exige que resolvamos as crises sociais que são as causas estruturais das nossas diversas crises ambientais. Sugere que ecossistemas saudáveis e uma relação saudável entre a primeira e a segunda natureza só podem resultar de uma sociedade ecológica, e que essa sociedade ecológica deve ser uma comunidade ética, enraizada nos princípios éticos que derivam da nossa própria compreensão da primeira natureza.

A crise ecológica requer mais do que uma mudança de consciência. Embora tal mudança seja necessária, não é, por si só, suficiente. Temos também de começar a empreender medidas orientadas por uma consciência enraizada numa ecologia social. É certo que o processo de reconstrução ecológica não será fácil: exigirá grandes mudanças de pensamento e de organização social, bem como a utilização de novas tecnologias e técnicas ecologicamente válidas. Devemos iniciar o processo de reconstrução ecológica, preservando os ecossistemas existentes para garantir a sua integridade e para os utilizar como reservatórios da biodiversidade. Temos de conter a presente maré de extinções. É igualmente crucial que nos empenhemos na restauração ecológica, na medida das nossas possibilidades, restituindo os ecossistemas danificados ao seu estado anterior. Isto, por sua vez, sugere que precisamos explorar e implementar novos modelos ecológicos de desenvolvimento, um processo comunitário que satisfaça tanto as necessidades humanas quanto respeite e restaure os ecossistemas. Essa crucial dimensão reconstrutiva deve ser plenamente articulada e aplicada dentro do quadro ético apresentado pela evolução.

Este projeto de reconstrução é um elemento essencial para o desenvolvimento de uma ecologia social: não basta filosofar, é preciso agir. As nossas ações, porém, devem ser norteadas pela ética e pela compreensão científica. Uma medida sem sentido ou insuficientemente considerada pode realmente piorar a nossa situação, em vez de melhorá-la. Os fins que vislumbramos - sociedades que caminham para uma complexidade cada vez maior, diversidade e liberdade, criando unidade através da diversidade e organização mutualista, e altamente conscientes da sua relação com a primeira natureza - só podem ser trazidos por movimentos sociais que reflitam e incorporem esses mesmos princípios. Os fins e os meios devem ser congruentes.

As ações enraizadas na ecologia social exigem uma ampla participação e democracia. Em todo o mundo, as comunidades locais já estão a desafiar a cultura irracional da destruição. As lutas dos agricultores indígenas no México para salvar as suas florestas tropicais, dos camponeses no Nepal para impedir a barragem dos

rios e das comunidades negras pobres da Luisiana que lutam pelo desmantelamento de plantas químicas tóxicas fazem todos parte do mesmo movimento global. O mesmo acontece com os habitantes de bairros devastados de Detroit, que recuperam edifícios abandonados, e com os grupos de jovens que cultivam vegetais orgânicos em lotes vagos na cidade de Nova Iorque. Eles estão juntos com os milhões de pessoas em todo o mundo que protestam contra uma economia mundial voraz, dominada por corporações gigantescas.

Estas combinações de protesto e ação reconstrutiva são apenas jovens etapas no que deve tornar-se um movimento maior e mais amplo, no entanto, são promissoras. Elas apontam o caminho para novos modelos organizacionais que encarnam a ética ecológica necessária para alcançar a reharmonização entre a primeira e a segunda naturezas. São diversos, descentralizados, não hierárquicos e participativos, e representam um novo modelo de ação social que pode começar a contrariar o caminho destrutivo da cultura dominante.

Rumo a um Novo Iluminismo

Uma perspectiva fundamentada na ecologia social deve também abordar o futuro, e deve fazê-lo de uma forma que se baseie nos princípios éticos derivados da primeira natureza. É insuficiente para extrapolar o presente rumo ao futuro, como fazem os futuristas e teóricos dos sistemas. Qualquer discussão sobre o futuro, para ser ecológica, tem de estar enraizada no conceito de potencialidade, numa compreensão do que poderá ser. A própria evolução é um processo de desenvolvimento da potencialidade a nível biológico: de organismos que satisfazem o seu potencial de crescimento, desenvolvimento e reprodução, ou não o conseguem fazer. A potencialidade não deve ser equacionada com a inevitabilidade; muitos factores influenciam a sua concretização ou não. A ecologia social examina o futuro, tentando provocar potencialidades de restauração ecológica e uma re-harmonização da primeira e segunda natureza, ao mesmo tempo que trabalha para realizar essas potencialidades.

Ao fazê-lo, a ecologia social recorre a uma das grandes tradições da humanidade, o pensamento utópico, que se baseia na compreensão das potencialidades inerentes, embora não realizadas, ao presente. Durante o Renascimento e o Iluminismo, o pensamento utópico surgiu como uma das mais importantes formas de crítica social e de especulação sobre possíveis novas formas de organização social. Foi utilizado para explorar as longínquas margens das possibilidades humanas; para inspirar as pessoas a transcenderem as limitações das suas sociedades severamente limitadas. Mas o pensamento utópico oferece mais do que inspiração: oferece também um sentido de orientação. Sem uma visão do tipo de sociedade que desejamos, será impossível alcançá-la. Num contexto ecológico moderno, os pormenores desses princípios utópicos, enraizados numa compreensão científica dos ecossistemas, serão aplicados através de planos democraticamente desenvolvidos a nível local.

Pela primeira vez na história do planeta, temos agora a capacidade de eliminar a escassez. A nossa sociedade tem a tecnologia e a ciência necessárias para satisfazer as necessidades de toda a humanidade em termos de alimentação, abrigo e energia. O que nos falta é a visão social e a vontade política para fazê-lo. As concentrações hierárquicas de riqueza e poder conduziram a um desequilíbrio catastrófico na distribuição dos recursos em todo o planeta. O fosso entre ricos e pobres tem vindo a aumentar de forma constante nas últimas décadas. Tal como o Iluminismo conduziu a uma reestruturação da sociedade que abalou os fundamentos da antiga ordem social, um novo Iluminismo enraizado numa ecologia social deve visar o mesmo. Estou dolorosamente consciente das limitações e de muitos aspectos problemáticos do Iluminismo original, e não estou a defender que devemos replicar o conteúdo, mas sim que ele representa um processo com o qual temos de aprender.

O projeto do Iluminismo começou com um conjunto de ideias que ofereciam uma crítica radical do que era, e uma visão transcendente do que poderia e deveria ser, enraizada num novo quadro ético. Um processo semelhante é hoje urgentemente necessário para que as potencialidades de uma sociedade ecológica se

concretizem. Não o fazer é abandonar a nossa humanidade e entrar de cabeça numa era de devastação ecológica sem precedentes.